

# O impacto da COP9 sobre os cigarros eletrônicos

CHRISTOPHER SNOWDON

*Institute of Economic Affairs, Reino Unido*

VERÃO 2021



## Introdução

A Property Rights Alliance parabeniza Christopher Snowdon (Institute of Economic Affairs, Reino Unido) pelo *white paper* "O impacto da COP9 sobre os cigarros eletrônicos." Este documento traz à luz as contradições entre a missão de reduzir o consumo de tabaco e as recomendações apresentadas pela Conferência das Partes (COP) da Organização Mundial da Saúde (OMS) no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

Esse tratado internacional afirma servir como uma diretriz de saúde pública, mas promove uma agenda ideológica contra produtos que ajudam a parar de fumar, como cigarros eletrônicos (CEs) e vaporizadores, além produtos de risco reduzido. O objetivo geral deste *white paper* é examinar e ilustrar a natureza inerentemente ideológica e equivocada da COP que prejudica os indivíduos que buscam parar de fumar.

O autor indica as inconsistências na missão e nas políticas descritas no tratado da CQCT. Em primeiro lugar, o Artigo 1 (d) do tratado endossa explicitamente a redução de danos através do "controle do tabaco", mas a OMS e as propostas para as reuniões da COP recomendam políticas que desconsideram um amplo acordo científico e acadêmico de que os cigarros eletrônicos e os produtos de risco reduzido a base de nicotina são significativamente menos prejudiciais do que os produtos de combustão do tabaco.

Em segundo lugar, as reuniões da COP da OMS são baseadas em ideologia, não na ciência, já que não há consulta pública e transparência.

Terceiro, deve-se questionar por que produtos não relacionados ao tabaco, como os cigarros eletrônicos, estão dentro da CQCT e, mesmo assim, por que os produtos que ajudam a parar de fumar são mais regulados do que os produtos de combustão do tabaco.

Com a nona Conferência das Partes se aproximando em novembro de 2021, o autor expõe irregularidades importantes e diálogos sobre políticas de saúde pública e suas consequências negativas para os cigarros eletrônicos.

### **Lorenzo Montanari**

*Diretor executivo da Property Rights Alliance*

# O impacto da COP9 sobre os cigarros eletrônicos

---

CHRISTOPHER SNOWDON<sup>1</sup>

*Institute of Economic Affairs, Reino Unido*

---

1. Christopher Snowdon é o chefe de economia de estilo de vida no Institute of Economic Affairs. Ele é um colaborador regular das revistas *Spectator* e *Spiked* e do jornal *Telegraph*. É também o autor de diversas obras, entre elas *Polemics* (2020), *Killjoys* (2017), *Selfishness, Greed and Capitalism* (2015), *The Art of Suppression* (2011), *The Spirit Level Delusion* (2010) e *Velvet Glove, Iron Fist* (2009). Ele é o editor do Nanny State Index.

# Sumário executivo

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é um tratado da Organização Mundial da Saúde (OMS) que possui um Secretariado que realiza uma Conferência das Partes (COP) bienal para discutir questões de controle do tabaco.

Apesar do compromisso do tratado para a redução dos danos do tabaco, a OMS e o Secretariado da CQCT nunca aceitaram os cigarros eletrônicos, mas, em vez disso, exigiram uma regulação excessiva desde o início. Embora a pesquisa tenha mostrado que a vaporização é mais de 95% segura do que fumar e que os cigarros eletrônicos não "renormalizam" ou incentivam o uso do tabaco, a oposição da OMS é inflexível. A OMS incentiva ativamente a proibição total ou a regulação pesada para impedir o uso de cigarros eletrônicos.

A OMS influencia as políticas em todo o mundo ao fazer declarações negativas sobre a vaporização que deturpam as evidências científicas. Essas declarações são então mencionadas por políticos. A Comissão Europeia, por exemplo, citou alegações da OMS contra a vaporização enquanto preparava a próxima Diretiva de Produtos de Tabaco. As Diretivas da UE, por sua vez, fornecem um modelo para a regulação em outros países.

O Secretariado da CQCT e as reuniões da COP não são aptos para o fim a que se destinam. Em sua oposição implacável ao uso de cigarros eletrônicos e outros produtos de nicotina de risco reduzido, eles se tornaram uma ameaça à saúde global. Sem sinais de mudanças por parte da OMS, a próxima reunião da COP9 que será realizada em novembro de 2021, representa um risco tangível para os cigarros eletrônicos e para a saúde pública.

Os governos que reconhecem o potencial dos cigarros eletrônicos para salvar vidas devem defender sua posição com firmeza na COP9. Se a OMS continuar a espalhar desinformação sobre os cigarros eletrônicos, os governos devem retirar o financiamento do Secretariado da CQCT.

**O Secretariado da CQCT e as reuniões da COP não são aptos para o fim a que se destinam. Em sua oposição implacável ao uso de cigarros eletrônicos e outros produtos de nicotina de risco reduzido, eles se tornaram uma ameaça à saúde global. Sem sinais de mudanças por parte da OMS, a próxima reunião da COP9 que será realizada em novembro de 2021, representa um risco tangível para os cigarros eletrônicos e para a saúde pública.**



# 1. O que a OMS e a CQCT pensam sobre os cigarros eletrônicos?

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro e, até o momento, o único tratado internacional da Organização Mundial da Saúde. Adotado em 2003 e assinado por 168 países, ele compromete os governos à várias políticas antitabagismo, como advertências de saúde, restrições à publicidade e proibição de fumar.

A cada dois anos, o Secretariado da CQCT realiza uma Conferência das Partes (COP). Estas são conferências internacionais nas quais representantes dos Estados membros da ONU se reúnem para discutir o controle do tabaco. A última conferência - COP9 - deveria ser realizada em Haia em novembro de 2020, mas foi cancelada devido à COVID-19. A conferência foi então reagendada para 8 a 13 de novembro de 2021 no mesmo local, mas que agora será realizada online.

As reuniões da COP são reconhecidamente sigilosas. Os jornalistas e o público são tecnicamente permitidos como observadores sob condições estritas (eles não devem ter nenhuma conexão possível com a indústria do tabaco, por exemplo), mas são invariavelmente expulsos no primeiro dia (sem que a votação tenha sido realizada). Em 2014, Drew Johnson do *Washington Times* foi expulso à força do local em Moscou após ser informado de que “a mídia é proibida”. Em 2018, a transmissão ao vivo pela Internet foi interrompida no início do processo.

**As reuniões da COP são reconhecidamente sigilosas. Os jornalistas e o público são tecnicamente permitidos como observadores sob condições estritas (eles não devem ter nenhuma conexão possível com a indústria do tabaco, por exemplo), mas são invariavelmente expulsos no primeiro dia (sem que a votação tenha sido realizada).**

Embora o tratado da CQCT contenha muitas medidas do lado da oferta e seja amplamente proibicionista, ele também endossa explicitamente a redução de danos. O Artigo 1 (d) do tratado diz que o "controle do tabaco significa uma variedade de estratégias de oferta, demanda e redução de danos que visam melhorar a saúde de uma população, eliminando ou reduzindo seu consumo de produtos de tabaco e exposição à fumaça do tabaco". Infelizmente, a OMS nunca adotou políticas de redução de danos em relação ao tabagismo e, nos últimos anos, tem trabalhado cada vez mais para erradicar os cigarros eletrônicos e outros

produtos de nicotina de risco reduzido. Este é um ponto de discórdia nas reuniões da COP porque não há um acordo entre os Estados membros sobre como regular os cigarros eletrônicos e outros produtos de nicotina de risco reduzido. Embora alguns países os tenham adotado, outros os baniram completamente.

As COPs envolvem muita barganha e pode ser difícil obter um consenso sobre assuntos controversos. A COP8, realizada em Genebra em 2018, resultou num impasse entre os campos pró e contra os cigarros eletrônicos, embora isso não tenha impedido a OMS de divulgar fortes e muitas vezes enganosas mensagens contra os cigarros eletrônicos.

A OMS tem se oposto amplamente aos cigarros eletrônicos desde que eles se tornaram populares há dez anos. Antes da reunião da COP4 ser realizada no Uruguai em 2010, o Secretariado da CQCT divulgou um breve relatório pedindo mais evidências sobre os cigarros eletrônicos. Na época, havia preocupações plausíveis já que muitos países não tinham nenhuma forma de regulação em vigor para vaporizadores. Com poucas evidências existentes para orientar os políticos, a OMS interveio para preencher a lacuna, apelando aos Estados membros a proibir a vaporização em locais públicos e restringir a comercialização de cigarros eletrônicos (OMS 2010: 6).

**As COPs envolvem muita barganha e pode ser difícil obter um consenso sobre assuntos controversos.**

**A COP8, realizada em Genebra em 2018, resultou num impasse entre os campos pró e contra os cigarros eletrônicos, embora isso não tenha impedido a OMS de divulgar fortes e muitas vezes enganosas mensagens contra os cigarros eletrônicos.**

Em 2016, a CQCT reconheceu que “é muito provável que os ENDS/ENNDS (Sistemas eletrônicos de entrega de nicotina/Sistemas eletrônicos sem nicotina, respectivamente), sejam menos tóxicos do que a fumaça do cigarro”<sup>2</sup> e que eles podem ter um potencial significativo na redução de danos:

“Se a grande maioria dos fumantes de tabaco que não conseguem ou não querem parar de fumar mudasse imediatamente para uma fonte alternativa de nicotina com menores riscos à saúde e, eventualmente, parasse de usá-la, isso representaria uma conquista significativa para a saúde pública contemporânea.”

---

2. Em vez de usar termos convencionais como "vaporização" e "cigarros eletrônicos", a CQCT tende a preferir os termos "sistemas eletrônicos de entrega de nicotina" (ENDS), e "sistemas eletrônicos sem nicotina" (ENNDS).

O documento observou que era “ainda um assunto de debate” se os cigarros eletrônicos poderiam alcançar isso (OMS 2016a: 2-3) e que os cigarros eletrônicos teriam que ser pelo menos três vezes mais seguros do que os cigarros convencionais para que eles produzissem benefícios líquidos para a saúde de toda a população. Havia (e há) poucas dúvidas de que os cigarros eletrônicos atendem a esse limite de redução de risco. A Public Health England (McNeill et al. 2015) e a Royal College of Physicians (2016) afirmaram que os riscos da vaporização são provavelmente 95% inferiores aos riscos de fumar. As Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Matemática dos Estados Unidos (2018: 1) concluíram após uma revisão completa das evidências, que “os cigarros eletrônicos são provavelmente muito menos prejudiciais do que os cigarros de combustão do tabaco”. Depois de mais de uma década no mercado com milhões de usuários regulares, nenhuma morte foi associada aos cigarros eletrônicos regulados (em 2019 alguns casos de doença pulmonar aguda nos EUA foram atribuídos aos cigarros eletrônicos, mas foram na verdade o resultado da vaporização do óleo de THC vendido no mercado clandestino).

Embora o documento de 2016 reconhecesse que os cigarros eletrônicos e os cigarros convencionais fossem substitutos um do outro, os impostos mais altos sobre os cigarros eletrônicos levaram a maiores vendas dos cigarros convencionais e a OMS não desincentivou os Estados membros a bani-los. Na verdade, a OMS incentivou aqueles que não haviam banido os cigarros eletrônicos, a proibir ou restringir a publicidade destes, taxá-los “a um nível que torne os dispositivos e os líquidos eletrônicos inacessíveis para menores”, proibir ou restringir sabores “que atraem menores” e proibir a sua utilização em ambientes fechados onde quer que seja proibido fumar (ibid.: 6-7).

Quando a COP7 foi realizada em Nova Delhi, Índia, em novembro de 2016, ela levou a CQCT a dizer aos Estados membros “para considerar a aplicação de medidas regulatórias [...] para proibir ou restringir a fabricação, importação, distribuição, apresentação, venda e uso de ENDS/ENNDS” (OMS 2016b: 2). Essa tem sido a posição da OMS desde então: proibição se possível, regulação pesada caso a primeira opção não seja aplicada.

Apesar das crescentes evidências sobre a eficácia dos cigarros eletrônicos como auxiliares na cessão do tabagismo (por exemplo, Hartmann-Boyce et al. 2020), evidências crescentes no campo da economia confirmam que os cigarros e os cigarros eletrônicos são substitutos diretos um do outro (por exemplo, Pesko et al. 2020), e apesar de uma clara falta de evidências de que a vaporização causa danos significativos à saúde, a CQCT continuou a insistir numa estridente posição contra os cigarros eletrônicos. Em janeiro de 2020, conforme a COVID-19 se espalhava pelo mundo, a OMS publicou uma série de tweets bizarros sobre cigarros eletrônicos, alegando falsamente que o líquido do cigarro eletrônico queima a pele e que o vapor exalado prejudica os fumantes passivos. Um tweet até sugeriu que os cigarros eletrônicos podem ser “mais perigosos do que os cigarros convencionais”.

Em dezembro de 2020, a OMS Europa descreveu os cigarros eletrônicos e outros produtos de risco reduzido como “a próxima fronteira na epidemia global do tabaco” e disse que “com a implementação rigorosa da CQCT da OMS, um caminho pode ser construído em direção a um futuro livre de tabaco e nicotina”.<sup>3</sup>

3. <https://www.euro.who.int/en/health-topics/disease-prevention/tobacco/news/news/2020/12/new-who-report-reveals-that-while-smoking-continues-to-decline-among-european-adolescents,-the-use-of-electronic-cigarettes-by-young-people-is-on-the-rise>

No mesmo mês, a OMS publicou um breve relatório sobre produtos de tabaco aquecido. A Food and Drug Administration dos EUA afirma que um desses produtos (IQOS) “reduz significativamente a produção de substâncias químicas nocivas e potencialmente prejudiciais”.<sup>4</sup> O Comitê de Toxicidade do Reino Unido (2017) descobriu que os produtos de tabaco aquecido emitem entre 50 a 90% menos compostos potencialmente prejudiciais do que os cigarros. No entanto, a OMS rejeitou seu potencial de redução de danos e recomendou que os políticos “mantenham o foco em medidas baseadas em evidências para reduzir o uso do tabaco, conforme descrito na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, e que procurem evitar serem distraídos dessas ações pela promoção de novos produtos de tabaco, como produtos de tabaco aquecidos” (OMS 2020: 6). A OMS apelou aos Estados membros a “aplicarem as normas de controle do tabaco mais restritivas aos produtos de tabaco aquecidos” e recomendou ainda que todos os cigarros eletrônicos recarregáveis fossem proibidos (ibid.: 7).

Em resumo, a OMS e a CQCT tornaram-se adversários implacáveis da vaporização e da redução de danos do tabaco. Apesar de um corpo de evidências cada vez maior confirmando que os cigarros eletrônicos são muito menos perigosos do que a combustão do tabaco (por exemplo, Stephens 2018) e são mais eficazes do que a terapia de reposição de nicotina para ajudar os fumantes a parar de fumar combinado com evidências do mundo real que mostram as taxas de tabagismo diminuindo à medida que as taxas de uso de cigarros eletrônicos aumentam (Zheng et al. 2017), a OMS redobrou suas ressalvas iniciais. Ela mentiu por omissão, concentrando-se nos riscos potenciais, ao mesmo tempo em que ignorou os benefícios comprovados para a saúde conferidos àqueles que deixaram de fumar e passaram a utilizar os cigarros eletrônicos. A OMS tem sido culpada de espalhar desinformação sobre a redução dos danos do tabaco e deve assumir parte da culpa pela compreensão pública dos riscos relativos entre fumar e utilizar cigarros eletrônicos ter retrocedido nos últimos anos.

---

4. <https://www.fda.gov/news-events/press-announcements/fda-authorizes-marketing-iqos-tobac-co-heating-system-reduced-exposure-information>



## 2.

# Qual é o impacto tangível das discussões e decisões da COP sobre os cigarros eletrônicos?

Como um tratado internacional que foi ratificado pela maioria dos signatários, a CQCT claramente tem algum poder legislativo. Mas muitas de suas cláusulas são vagas e algumas de suas determinações são relativamente brandas para os padrões de controle do tabaco em grande parte da Europa. Muitos países ignoraram algumas de suas supostas obrigações de acordo com o tratado, como a implementação de uma proibição total da propaganda de tabaco, sem enfrentar sanções. Na prática, a CQCT é amplamente pretensiosa. Ela diz aos Estados membros o que a OMS gostaria que fizessem, mas há poucos recursos legais disponíveis para que a OMS faça com que o tratado seja cumprido na prática. Essa afirmação é ainda mais verdadeira no caso das decisões e declarações de consenso feitas nas reuniões da COP que não estão consagradas no próprio tratado.

A CQCT e as suas reuniões da COP são, no entanto, bastante influentes, principalmente nas nações mais pobres que dependem da ajuda da OMS. Uma fonte de influência são os Prêmios do Dia Mundial Sem Tabaco da OMS, dos quais várias dezenas são entregues no dia 31 de maio a cada ano. Esses prêmios são concedidos a acadêmicos e grupos de pressão, mas são concedidos principalmente a políticos, governos e departamentos governamentais. Por exemplo, depois de anunciar a proibição da venda de cigarros eletrônicos em 2019, o Departamento de Saúde de Hong Kong foi homenageado com o Prêmio do Dia Mundial Sem Tabaco.

**Na prática, a CQCT é amplamente pretensiosa. Ela diz aos Estados membros o que a OMS gostaria que fizessem, mas há poucos recursos legais disponíveis para que a OMS faça com que o tratado seja cumprido na prática. Essa afirmação é ainda mais verdadeira no caso das decisões e declarações de consenso feitas nas reuniões da COP que não estão consagradas no próprio tratado.**

A ministra da saúde pública do Reino Unido, Jane Ellison, ganhou o Prêmio Especial do Diretor-Geral da OMS em 2016 depois de legislar em favor das embalagens neutras. Após perder o seu mandato nas eleições gerais de 2017, Ellison conseguiu um emprego na OMS como Diretora Executiva de Relações Externas e Governança.

O funcionário público Andrew Black, que foi Gerente do Programa de Tabaco do Departamento de Saúde durante a campanha pela embalagem neutra, agora também trabalha para a OMS no Secretariado da CQCT.

Para os políticos, os Prêmios do Dia Mundial Sem Tabaco são uma forma de baixo custo de construir uma boa imagem no país e no exterior. Isso é particularmente importante para governos que às vezes são vistos de forma negativa pela comunidade internacional. Os vencedores anteriores incluem o Ministério da Saúde da Arábia Saudita, o presidente Ortega da Nicarágua, o presidente Erdoğan da Turquia e o presidente Berdimuhamedov do Turcomenistão. Em 2017, a secretária de saúde das Filipinas, Paulyn Ubial, recebeu o prêmio do Dia Mundial Sem Tabaco enquanto trabalhava para proibição de fumar em todo o país. Quando questionada se o cigarro eletrônico seria incluído na proibição, Ubial disse que estava aguardando o conselho e as recomendações da OMS. O uso de cigarros eletrônicos foi posteriormente proibido em locais públicos e a venda de tabaco aquecido foi totalmente proibida.

A influência da CQCT não se limita aos países de renda baixa e média. Em 2010, a Nova Zelândia começou uma década de agravamento dos aumentos de impostos sobre o tabaco que o governo justificou com base nas recomendações do tratado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco que a Nova Zelândia ratificou em 2004 (Health Protection Agency 2013). Em 2019, a Nova Zelândia tinha os maiores impostos sobre o tabaco como proporção da renda na OCDE e, conseqüentemente, os cigarros mais caros da OCDE. A OMS elogia esse programa de imposto sobre consumo dentro do seu sistema de pontuação "MPOWER", e concedeu ao arquiteto do regime de imposto sobre consumo o prêmio da Região do Pacífico Ocidental, por seu trabalho no controle do tabaco.

A CQCT, através da OMS, também influencia diretamente a opinião pública através de suas declarações e relatórios. Por exemplo, uma página da OMS intitulada "Cigarros eletrônicos são prejudiciais à saúde" aparece no topo das listas de mecanismos de busca quando as pessoas procuram informações sobre as conseqüências dos cigarros eletrônicos para a saúde. A página não diz nada de positivo sobre os cigarros eletrônicos, não menciona os benefícios para os fumantes que optam pelo cigarro eletrônico e não compara os efeitos de saúde com os do cigarro convencional. Em vez disso, afirma que "os ENDS são sem dúvida prejudiciais" e "devem ser estritamente regulados".<sup>5</sup>

O enquadramento do tema pela OMS inevitabilidade acaba chegando às agências de saúde e aos governos. Aqueles que procuram munição contra a redução dos danos do tabaco podem argumentar com as autoridades citando a OMS. Tanto a Comissão Europeia quanto o Comitê Científico sobre Saúde, Meio Ambiente e Riscos Emergentes da UE citaram recentemente a OMS ao avaliar as evidências na preparação da próxima Diretiva de Produtos de Tabaco. Como a Comissão afirma, a OMS "concluiu que não existem evidências concretas sobre a segurança dos cigarros eletrônicos, mas há evidências crescentes sobre os danos" (Comissão Europeia 2021: 14). A Comissão também está pressionando por embalagens neutras para cigarros, que afirma, "é o padrão ouro promovido pela OMS e pela CQCT" (ibid.: 8).

---

5. <https://www.who.int/news/item/05-02-2020-e-cigarettes-are-harmful-to-health>

A reputação da OMS foi manchada nos últimos 18 meses como resultado da sua gestão da COVID-19, mas ainda é respeitada por muitas pessoas que a associam com a campanha bem-sucedida para erradicar a varíola no século XX. Se a OMS disser que os cigarros eletrônicos são um produto perigoso que ameaça prejudicar décadas de progresso na luta contra o tabagismo, muitas pessoas confiarão nisso. A pandemia da COVID-19 destacou a natureza política da OMS e mostrou que ela é capaz de cometer grandes erros na ciência e na política, como insistir que o SARS-CoV-2 não está no ar e que as proibições de viagens não funcionam, mas ainda se beneficia de um "efeito halo" graças ao seu passado ilustre e aos importantes princípios que pretende representar. Muitos países não têm recursos para realizar o tipo de revisão de evidências conduzida no Reino Unido e nos EUA. Em vez disso, eles dependem de agências como a OMS e a CQCT, sem saber que foram capturados por um pequeno grupo de proibicionistas para os quais a abstinência é a única alternativa.

### 3. O que fazer?

A OMS não mostra sinais de suavizar sua posição sobre os cigarros eletrônicos e a redução dos danos do tabaco. Enquanto escrevamos este documento, a OMS divulgou um comunicado à imprensa para o Dia Mundial Sem Tabaco que afirmava que a indústria do tabaco está tentando “fisgar as crianças” com os cigarros eletrônicos, oferecendo “15.000 sabores atraentes”. A OMS afirmou que “as evidências científicas sobre os cigarros eletrônicos como auxiliares na cessão do tabagismo são inconclusivas e há uma falta de clareza se esses produtos têm algum papel a desempenhar na cessação do tabagismo”. Chegou a afirmar que “mudar de produtos convencionais de tabaco para cigarros eletrônicos não é parar de fumar”.<sup>6</sup>

Em um tweet associado, a OMS disse aos seus 9,3 milhões de seguidores que: “Não há comprovação de que os cigarros eletrônicos auxiliam na cessação do tabagismo. Eles produzem substâncias químicas tóxicas, que podem causar efeitos prejudiciais à saúde, como doenças cardiovasculares e pulmonares”.<sup>7</sup> Essa é uma declaração bastante enganosa. Estudos clínicos controlados randomizados mostraram que os cigarros eletrônicos são mais eficazes do que a terapia de reposição de nicotina na cessação do tabagismo e não houve casos confirmados de cigarros eletrônicos regulados terem causado doenças cardíacas ou pulmonares. A indústria do tabaco não inventou os cigarros eletrônicos, nem controla o mercado desses produtos (mesmo que os tivesse inventado, seria uma falácia genética descartar a vaporização com base nisso). Os defensores da redução dos danos do tabaco sempre estiveram dispostos - talvez dispostos *demais* - a aceitar que os cigarros eletrônicos não são totalmente isentos de riscos, mas a OMS raramente discute o risco relativo e, em vez disso, se concentra em riscos pequenos ou hipotéticos.

A OMS falhou claramente em endossar as “estratégias de redução de danos” que o tratado da CQCT define como parte do controle do tabaco. O Secretariado da CQCT e as reuniões da COP não são aptos para o fim a que se destinam. Em sua oposição implacável ao uso de cigarros eletrônicos e outros produtos de nicotina de risco reduzido, eles se tornaram uma ameaça à saúde global.

Como os usuários de cigarros eletrônicos e os defensores esclarecidos da saúde pública devem responder? Existe uma frase na ética médica relevante para este debate: “Nada sobre mim sem mim”. As conferências da CQCT operam sem o consentimento e a participação dos usuários de nicotina. O público é excluído. Os jornalistas são expulsos. A falta de transparência é inaceitável para uma conferência da ONU financiada pelos contribuintes.

---

6. <https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/quit-tobacco-to-be-a-winner>

7. <https://twitter.com/WHO/status/1395029704705396750>

**A OMS falhou claramente em endossar as “estratégias de redução de danos” que o tratado da CQCT define como parte do controle do tabaco. O Secretariado da CQCT e as reuniões da COP não são aptos para o fim a que se destinam. Em sua oposição implacável ao uso de cigarros eletrônicos e outros produtos de nicotina de risco reduzido, eles se tornaram uma ameaça à saúde global.**

Os usuários de cigarros eletrônicos têm poucas chances de participar da COP9, muito menos de falar nela. Sua única esperança é entrar em contato com seus representantes eleitos e exigir que a CQCT seja pressionada a adotar uma abordagem mais aberta e baseada em evidências. As reuniões da CQCT passam despercebidas da mídia e é assim que a CQCT gosta. Elas prosperam na escuridão. Em novembro, os jornalistas devem fazer mais perguntas sobre o que está acontecendo nos bastidores online da COP9. A luz solar é o melhor desinfetante.

Os cigarros eletrônicos não são produtos de tabaco e é discutível se eles se enquadram nas atribuições da CQCT, mas se for para eles serem o foco das reuniões da COP, devem ser aceitos em vez de difamados. A proibição não funciona e um “futuro sem nicotina” é totalmente irreal. Não há justificativa ética ou econômica para fazer disso um objetivo político.

Os governos divergem sobre como enxergam a redução dos danos do tabaco, mas aqueles que reconhecem seu potencial para reduzir as taxas de tabagismo e salvar vidas devem defender isso com firmeza na COP9. Eles deveriam escolher defensores fortes e articulados como seus delegados, e não burocratas. Se a OMS continuar a espalhar desinformações sobre os cigarros eletrônicos e se a COP9 for mantida em segredo, eles devem retirar o financiamento do Secretariado da CQCT. O Secretariado da CQCT deve ser avisado. A COP9 é sua última chance de consertar seus métodos e operar como uma organização transparente e baseada em evidências. Se não puder ser reformado, deve ser dissolvido.



# Referências

Committee on Toxicity (2017) Statement on the toxicological evaluation of novel heat-not-burn tobacco products.

[https://cot.food.gov.uk/sites/default/files/heat\\_not\\_burn\\_tobacco\\_statement.pdf](https://cot.food.gov.uk/sites/default/files/heat_not_burn_tobacco_statement.pdf)

Hartmann-Boyce, J., McRobbie, H., Lindson, N., Bullen, C., Begh, R., Theodoulou, A., Notley, C., Rigotti, N. A., Turner, T., Butler, A. R. and Hajek, P. (2020) Electronic cigarettes for smoking cessation (Review). *Cochrane Database of Systematic Reviews* 10 (CD010216).

Health Protection Agency (2013) A Beginner's Guide to Tobacco Control. <https://www.hpa.org.nz/sites/default/files/documents/Beginners%20guide%20to%20tobacco%20control-Sept%202013.pdf>

McNeill, A., Brose, L.S., Calder, R., Hitchman, S.C., Hayek, P. and McRobbie, H. (2015) E-cigarettes: an evidence update. London: Public Health England.

National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2018) *Public Health Consequences of E-Cigarettes*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/24952>

New Zealand Taxpayers' Union (2019) Ka Tukuna Atu, Ka Tukuna Mai: How the Government gives from one hand, takes from another. February.

Pesko, M., Courtemanche, C. and MacLean, J. (2020) The effects of traditional cigarette and e-cigarette tax rates on adult tobacco product use. *Journal of Risk and Uncertainty* 60: 229-258.

Royal College of Physicians (2016) *Nicotine without Smoke*. London: RCP.

<https://www.rcplondon.ac.uk/projects/outputs/nicotine-without-smoke-tobacco-harm-reduction>

Stephens, W. (2018) Comparing the cancer potencies of emissions from vapourised nicotine products including e-cigarettes with those of tobacco smoke. *Tobacco Control* 27(1).

WHO (2010) Control and prevention of smokeless tobacco products and electronic cigarettes. Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control Fourth session Punta del Este, Uruguay, 15-20 November 2010 Provisional agenda item 5.8. FCTC/ COP/4/12.

WHO (2016a) Electronic Nicotine Delivery Systems and Electronic Non-Nicotine Delivery Systems (ENDS/ENNDS). Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control: Seventh Session Provisional agenda item 5.5.2. FCTC/ COP/7/11.

WHO (2016b) Electronic nicotine delivery systems and electronic non- nicotine delivery systems. Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control: Seventh session Delhi, India, 7-12 November 2016. FCTC/COP7(9).

WHO (2020) Report on meetings of expert committees and study groups. 148th Session. Provisional agenda item 22. EB148/47. 23 December.

Zheng, Y., Zhen, C., Dench, D. and Nonnemake, J. (2017) U.S. Demand for Tobacco Products in a System Framework. *Health Economics* 26(8): 1067-86.